

# atavanca

Sexta-feira, 7 de Fevereiro de 1975

UNIDADE NA ACÇÃO  
A FORÇA  
DOS TRABALHADORES



CGTT - IN  
CENTRO DE  
DOCUMENTAÇÃO  
5336  
NR  
11

# DESEMPREGO

## NECESSIDADE DE MEDIDAS A CURTO PRAZO



# OS DESEMPREGADOS PORTUGUESES QUE FAZEM?

O problema do desemprego é um problema típico das economias capitalistas. Enquanto nas sociedades socialistas, a política económica é ditada pela ocupação de promover um desenvolvimento equilibrado, que garanta efectivamente a todos os trabalhadores o direito ao trabalho e condições de vida cada vez mais elevadas, de acordo com o crescente nível de produção global dos respectivos países, o que se passa no mundo de estrutura capitalista, é bem diferente.

de desempregados)  
Canadá — 5,5 por cento.  
França — 2,3 por cento

## EM PORTUGAL SEMPRE HOUVE DESEMPREGO

Em Portugal, a taxa de desemprego em 1970 era de 2,7 por cento, o que correspondia a cerca de 90 000 desempregados. Prevê-se que esta taxa tenha aumentado mais acentuadamente após o 25 de Abril, sendo de admitir que se eleve hoje a 3 por cento, 4 por cento ou mesmo 5 por cento. Na verdade, a evolução das inscrições no Serviço Nacional de Emprego, durante o ano de 1974, apresenta o seguinte quadro:

Abril — 27 000 inscritos;  
Novembro — 54 000 inscritos;

Dezembro — 60 000 inscritos.

Como se explica este aumento, para mais do dobro, de inscritos no Serviço Nacional de Emprego, entre Abril e Dezembro?

Em primeiro lugar, há que considerar um factor que pode ter determinado um aumento súbito de inscrições e que não é directamente derivado da conjuntura económica: o decreto do Governo Provisório que veio alterar os desempregados, desde que inscritos no



Serviço Nacional de Emprego, os benefícios da Previdência.

Mas, o aumento do desemprego no nosso país, do qual as inscrições no Serviço Nacional de Emprego são um índice, deve-se sobretudo aos despedimentos e restrições na admissão de pessoal verificadas na generalidade das empresas, e à falta de criação de postos de trabalho.

Quanto aos despedimentos, o maior número verifica-se nos seguintes sectores e regiões do País:

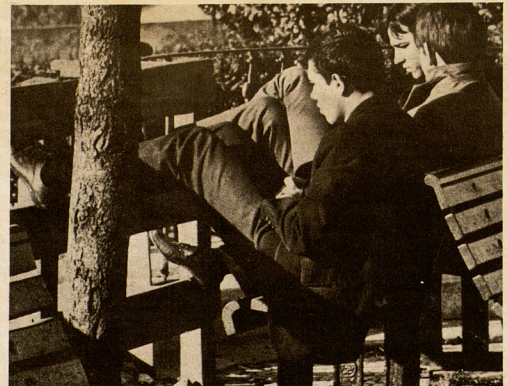
- Construção Civil — 31 por cento (Faro, Funchal, Ponta Delgada e Setúbal);
- Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas — 16 por cento (Lisboa, que regista 30 por cento do sector da electrónica, 63 por cento desses 16 por cento; Porto, Aveiro e Guarda);
- Vestuário e Calçado — 14 por cento (Braga, com 41 por cento; Porto, Lisboa, Santarém e Setúbal);
- Indústria Têxtil — 13 por cento (Porto, Braga, Coimbra, Castelo Branco).

Por regiões o maior número de despedimentos (em todos os ramos de actividade económica) verificou-se nas seguintes zonas:

- Faro — 18 por cento;
- Lisboa — 16 por cento;
- Porto — 14 por cento.

## ÓTACQUE CONTA REVOLUCIONÁRIO DAS MULTINAIONAIS

O capital estrangeiro tem pesadas responsabilidades nesta



situação. A percentagem de despedimentos provocados por empresas estrangeiras instaladas no nosso país encontra-se assim distribuída nos sectores em que aquelas têm maior peso:

- Electrónica e Material Eléctrico — 90 por cento;
- Indústrias transformadoras — 24 por cento;
- Indústria Hoteleira — 36 por cento.

Total (englobando todos os sectores de actividade) — 20 por cento.

Independentemente de sabotagem ou boicoteagem económica exercidas pelo capital monopolista e pelo imperialismo estrangeiro contra a jovem democracia portuguesa, há causas internas para a agravamento do desemprego (directa ou indirectamente relacionadas com esses interesses, estranhos aos trabalhadores portugueses), as quais podem apontar-se como segue:

- Diminuição do ritmo da actividade económica;
- Adopção do salário mínimo (que serviu de pretexto a muitas empresas para suspenderem a admissão de pessoal ou despedirem trabalhadores);
- Retração da procura;
- Dificuldades de crédito à banca privada, como se sabe, tem criado inúmeras dificuldades.



des do desenvolvimento da actividade económica.;

Dificuldades condições de produção de algas empresas. Entretanto, verificaram-se também causas externas, inteiramente alheias à nova situação, que se traduzem por aquelas que também vieram criar factores de desemprego. Referimo-nos à crise económica generalizada na Europa Ocidental e em todo o mundo capita-

lista que levou, por exemplo, à adopção de medidas restritivas das importações realizadas por esses países. Daí deram que aumentaram 12 por cento em 1973, não registaram senão 3 por cento de aumento em 1974. Isto representa, como é evidente, uma retração da produção das empresas vivas para o comércio com o estrangeiro, com a consequente paralisação e diminuição do número de postos de trabalho.

## O PAPEL DA EMIGRAÇÃO

Convém não esquecer que, durante o fascismo, a crise de desemprego só não atingiu maiores proporções porque a nossa economia «descansava» na emigração: entre 1965 e 1973 saíram do País mais de 1 milhão de trabalhadores, dos quais 80 por cento se fixaram na Europa. Agora, com a crise económica dos países europeus capitalistas deu-se uma interrupção do fluxo migratório, e até mesmo uma tendência para o refluxo, uma vez que esses países, para combaterem o desemprego crescente, procuram agora ver-se livres dos emigrantes.

Por outro lado, há que considerar, em outros, factores que, durante o fascismo, permitiram deter artificialmente o desemprego: as quotas coloniais, que mobilizavam centenas de milhares de jovens trabalhadores potenciais, a contensão salarial da população, imposta pela repressão fascista (isto é, pela ditadura terrrista dos monopólios e grandes latifundiários), e ainda o facto de se estimar em cerca de 50 por cento a percentagem da população que se encontrava e ainda se encontra numa situação de subemprego (isto quer dizer que muitos trabalhadores desenvolvem uma produtividade muito baixa ou mesmo nula). A este respeito, é de referir a estrutura da nossa população activa: 32 por cento da população activa trabalha na agricultura, o que é considerado excessivo, dado que, por exemplo, em Inglaterra os 5 por cento de trabalhadores que se dedicam à agricultura produzem mais que os 32 por cento do nosso país; nas indústrias-base só trabalha 24 por cento da população activa, e mesmo assim, desses 24 por cento, 60 trabalham na in-

dústria ligada e os restantes 40 por cento na indústria pesada (base do desenvolvimento económico).

## COMO RESOLVER A CRISE?

Com o fim da guerra colonial, o reconhecimento do direito dos trabalhadores a lutar livremente por melhores salários e, como já se apontou acima, a interrupção do fluxo migratório e os despedimentos, o desemprego aumentou substancialmente após o 25 de Abril. De notar a propósito que se estima em 70 por cento a percentagem de desempregados que nunca estiveram empregados (mão-de-obra femini-



na, ex-estudantes, desmobilizados do serviço militar, etc.).

Como resolver a crise? Para além de transformações de fundo, necessariamente a longo prazo, há que encetar medidas muito concretas e imediatas tendentes a inverter a actual situação. Não podem ser medidas genéricas mas antes sectoriais, tendo em conta as particularidades dos diferentes ramos de actividade económica e das diferentes regiões do País. E preciso operar uma reconversão dos sectores que tiveram uma paragem quase total (caso das flocções e da indústria têxtil), estabelecer uma nova política de crédito a adoptar outras medidas tendentes a proteger efectivamente as pequenas e médias empresas, e alargar a intervenção imediata do Estado às actividades mais afectadas pela crise. Designadamente, cabe ao sector público proceder de imediato à adjudicação de obras previstas em projectos, promover a exportação, incentivar a compra de produtos

nacionais, proibir as importações sumptuárias, etc. Em certos casos o Estado deverá mesmo chamar a si, ou pelo menos ter larga participação na actividade produtiva (a construção civil está a pedir medidas deste tipo).

No sector da agricultura, o desemprego pode e deve ser atacado pelo meio mais directo e eficaz: promovendo o cultivo das terras incultas. Antes mesmo de qualquer lei que venha a definir os futuros termos da Reforma Agrária, o fundamental é que a terra produza, seja através da criação de cooperativas, seja através da colocação de grandes latifúndios sob administração do Estado, seja através de arrendamento compulsivo dessas terras. Milhares de trabalhadores agrícolas desempregados podem ver o seu problema resolvido e contribuir decisivamente para o desenvolvimento da economia do País, trabalhando terras até agora ociosas ou mal aproveitadas. Não esqueçamos, a propósito, que a precária situação do sector agrícola é responsável pelo elevadíssimo volume das importações de produtos alimentares. E com o diâmetro de grandes latifúndios, o Estado pode dinamizar outros sectores da actividade económica, criar novos postos de trabalho, e aumentar a produção nacional.

Outro lado, na situação actual, cabe às entidades governamentais, que decidem da política económica, optar em definitivo por uma política de «trabalho intensivo» (e não de «capital intensivo»). Quer que se invista em educação deve dar prioridade a iniciativas que empreguem maior número de pessoas. Sabe-se, por exemplo, que os investimentos previstos para a área de Sines, no conjunto, dependem uma média de 7200 centros por cada posto de trabalho de cerca de 300 centros de Sator, no Norte, esta média será ainda superior. Trata-se de acções inadequadas para a situação actual, dado que o investimento máximo por posto de trabalho nunca deve ultrapassar o valor recomendado à escala europeia, logo, abrangendo países capitalistas que se encontram globalmente em muito melhor situação do que o nosso e que dá uma ideia da gravidade de que se reveste o permitir-se ainda entre nós, até ao exagero, uma política de «capital intensivo» como a desses empreendimentos. Depois, é preciso saber em cada caso se se trata ou não de lutar-se activamente contra situações de desemprego ou antes a proteger o emprego já existente.

Para além de transformações de fundo, necessariamente a longo prazo, há que encetar medidas muito concretas e imediatas tendentes a inverter a actual situação. Não podem ser medidas genéricas mas antes sectoriais, tendo em conta as particularidades dos diferentes ramos de actividade económica e das diferentes regiões do País. E preciso operar uma reconversão dos sectores que tiveram uma paragem quase total (caso das flocções e da indústria têxtil), estabelecer uma nova política de crédito a adoptar outras medidas tendentes a proteger efectivamente as pequenas e médias empresas, e alargar a intervenção imediata do Estado às actividades mais afectadas pela crise. Designadamente, cabe ao sector público proceder de imediato à adjudicação de obras previstas em projectos, promover a exportação, incentivar a compra de produtos

Não tenhamos, porém, ilusões: o problema do desemprego e todos os demais queques que daí resultam para os portugueses e a economia do País, só poderão ser resolvidos através de medidas radicais no terreno económico contra os monopólios e os latifúndios.

Carnaval  
JORNAL  
CON

O fascismo  
povo portu  
do Carnaval  
de chagava,  
vem-se a pas  
de obito au  
nha, realment  
ção dos pos  
de espontane  
cogadas, hav  
flores e os  
com vestetas  
o, de Norte  
O Carnaval va  
tugal. Gracas  
terisoidal, i  
ram autarqu  
políticos e ou  
democráticas

Em Lisboa  
organizados  
F.N.A.T., M.C.  
M.J.T. e P.C.  
ração da Cam

## CONCENTRAÇÃO E DESFILE

Por volta  
Domingos Go  
a concentraç  
os alegonco  
Cada sindic  
nizações dem  
toras da inic  
ções carros,  
tazes de in  
Espera-se, as  
pela Avenida  
Um verdadei  
imaginação  
mento polític  
em cada u  
zações repres  
jo convergênc  
do Resso e do  
Comércio.

Al estão o  
ques que ass  
representaçã  
sas: canto lu  
companhias  
de Campolide  
das (Carris, F  
tras), cores (M

O TEXT

A PESCA

A PESCA

A PESCA

## Carnaval de trabalhadores

# JORNADA DE ALEGRE CONFRATERNIZAÇÃO

O fascismo tudo roubou ao povo português: até a alegria do Carnaval. Quando o Entrudo chegava, os jornais limitavam-se a passar-lhe a certidão de óbito anual: o Carnaval tinha, realmente, morrido no coração dos portugueses. Em vez daí espontaneamente crítica das ceguidas, havia as batalhas de flores e os cursos turísticos com vestidas à mistura. Este ano, de Norte a Sul do País, o Carnaval vai reviver em Portugal. Graças à iniciativa da Intersindical, à qual se associaram autarquias locais, partidos políticos e outras organizações democráticas.

Em Lisboa, os festejos são organizados pela Interfusão, F.N.A.T., M.D.M., M.D.P./C.D.E., M.J.T. e F.C.F., com a colaboração da Câmara Municipal.

### CONCENTRAÇÃO E DESFILE

Por volta das 14 horas do Domingo Gordo, dia 9 inicia-se a concentração dos vários carros alegóricos e participantes. Cada sindicato e demais organizações democráticas promotoras da iniciativa leva diversos carros, com alôgas e cartazes de intervenção crítica.

Espera-se, assim, que o desfile pela Avenida da Liberdade seja um verdadeiro repositório da imaginação crítica que o momento político actual suscita em cada uma das organizações representadas. O cortejo convergirá para as praças de intervenção crítica que o momento político actual suscita em cada uma das organizações representadas. O cortejo convergirá para as praças de intervenção crítica que o momento político actual suscita em cada uma das organizações representadas.

Além disso, montados palcos que servirão de palco a representações artísticas diversas: canto livre, teatro (pelas companhias dos Boneceiros, de Campolide, Comuna), bandas (Carris, Ferroviários e outros), cores (Mineiros de Aljustrel).

Academia dos Amadores de Música (Gulbenkian), ballet (grupo Gulbenkian, grupo folclórico da F.N.A.T.) e cabarets (os jornais limitavam-se a passar-lhe a certidão de óbito anual: o Carnaval tinha, realmente, morrido no coração dos portugueses. Em vez daí espontaneamente crítica das ceguidas, havia as batalhas de flores e os cursos turísticos com vestidas à mistura. Este ano, de Norte a Sul do País, o Carnaval vai reviver em Portugal. Graças à iniciativa da Intersindical, à qual se associaram autarquias locais, partidos políticos e outras organizações democráticas.

### COMES E BEBES

Os foliões da liberdade não precisam de trazer farnel: a comissão organizadora vai instalar barracas de comes e bebês. Cada tostaço que ali se gastar revertirá à favor dos trabalhadores rurais desempregados do Alentejo.

Os cravos vermelhos voltarão a decorar as ruas de Lisboa, nos postos de venda do M.D.M. e do M.J.T. e no peito dos trabalhadores que há 48 anos não sabem o que era a liberdade.

### LIVROS E DISCOS

A Inter e as demais organizações democráticas vão instalar ainda barracas de venda de livros, discos, emblemas, autocollantes.

Uma das confraternizações de 1975. Que a nossa alegria, a nossa erva crítica, a nossa imaginação despçam às ruas de todas as localidades de Norte a Sul do País, para que acabe de vez o mito criado pelo fascismo, a mentira de que somos um Povo triste.

## NO MUNDO

### NIVEL DE VIDA NA RDA

Como se verificou ao longo dos artigos publicados em números anteriores, tanto o desenvolvimento económico geral como os desenvolvimentos sectoriais, isto é, o da indústria e o da agricultura, revelaram índices de evidente progresso. Contudo, o objectivo do sistema económico existente na República Democrática Alemã ultrapassa o simples aumento do nível e dos ritmos de crescimento da respectiva economia. O seu programa não se limita àquelas finalidades, embora elas sejam um componente importante das metas do próprio sistema económico.

Já no VIII Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha se assinalou e se sublinhou que o objectivo central do plano de desenvolvimento socialista era o aumento crescente e rápido do nível de vida da população. Nessas condições, o progresso económico vai a par com a elevação do nível de vida material e cultural da população da República Democrática Alemã. Para isso se tornou importante acelerar o ritmo de desenvolvimento da produção socialista, aumentando simultaneamente a sua eficiência, a produtividade do trabalho e o progresso técnico e científico, salientou-se igualmente no congresso acima mencionado.

O aumento do nível de vida da população levada-se em diversos campos, como vemos a seguir.

Por Blasco H. Fernandes

Assim, o consumo de diversos produtos por cada habitante e por cada trabalhador registou uma evolução positiva ao longo dos anos, particularmente a partir de 1965.

Foi, por exemplo, o caso do consumo individual de carne, leite, queijo, legumes, fruta, açúcar e seus derivados, cacau, cerveja e inclusivamente do próprio vinho. De igual modo, outros indicadores mostram-nos o aumento do bem-estar da população da República Democrática Alemã, como sejam os que se referem à aquisição de artigos electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão, ao desenvolvimento cultural, etc. Se a política económica, no que ela se relaciona com a organização, os investimentos, a orientação da produção e a prioridade concedida a determinados sectores de actividades, foi um dos factores do progresso acabado de mencionar, também a política de preços estáveis contribuiu de forma significativa para aquele aumento de consumo e para a política de preços estáveis que a organização da produção socialista fez com que cada aumento de salários correspondesse, na realidade, a um verdadeiro aumento de rendimentos reais dos trabalhadores e da população em geral. Nos países onde há inflação, os aumentos de salários são absorvidos pelos aumentos de preços. Tal facto não se verifica na República Democrática Alemã porque, como vimos, os seus trabalhadores têm salários seguros e crescentes e os preços são estáveis.

Além do crescente e elevado poder de compra dos trabalhadores e da população em geral, resultante dos dois factores indicados

com as rendas de casa, a água, o gás, a electricidade e os transportes. Os têxteis e o vestuário têm mesmo registado uma diminuição de preço nos últimos oito anos, como se pode observar no quadro que se segue.

Por outro lado, o rendimento líquido dos trabalhadores apresentou progressos muito importantes. Assim, por exemplo, o rendimento médio mensal de uma família de operários ou de empregados transitou de 758 marcos em média, no ano de 1960 (ou seja, aproximadamente dez mil escudos) para 1142 marcos em 1972 (cerca de quinze mil escudos). O rendimento

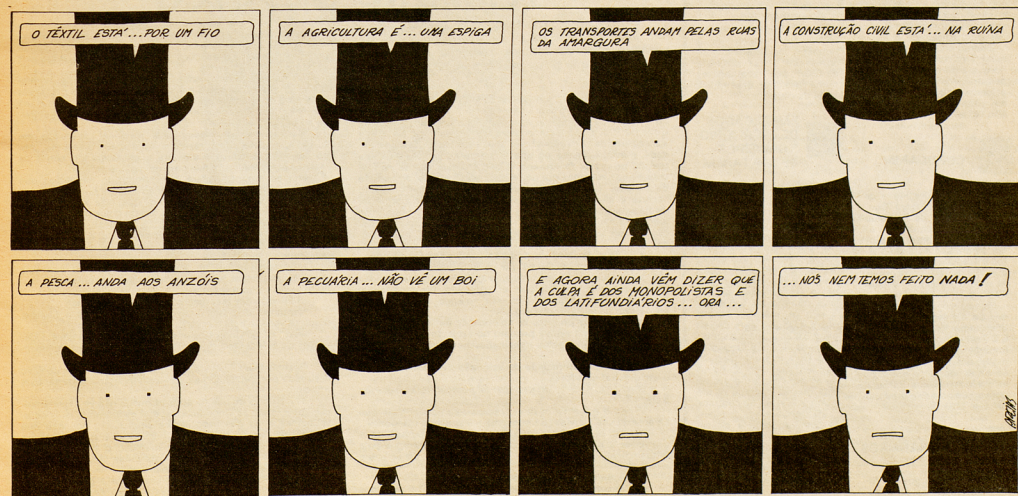
anteriormente, também se registam reduzidos serviços sociais em diversos aspectos e igualmente a redução do horário de trabalho que presentemente se situa regra geral ao nível dos cinco dias semanais. A estes aspectos que reflectem o bem-estar da população da República Democrática Alemã pode ainda acrescentar-se o aumento significativo das pensões, a concessão de créditos para casas jovens, o baixo custo de manifestações culturais e artísticas, a existência de elevado número de organizações para a juventude e de bibliotecas públicas, a protecção da

### ÍNDICES DOS PREÇOS DE VENDA NA RDA (1960-110)

	1965	1970	1973
Produtos alimentares	100	101,5	100,5
Calçado e peles	100,9	100,7	100,7
Têxteis e vestuário	99,1	95,9	90,4
Aparelhos domésticos	99,9	100,1	97,5

médio mensal de um operário (ou empregado) trabalhando a tempo cheio em empresas socialistas passou de 311 marcos (cerca de quatro mil escudos), em 1950, para 835 marcos (cerca de dez mil escudos), em 1973. Esta política de preços estáveis e de remunerações crescentes fez com que cada aumento de salários correspondesse, na realidade, a um verdadeiro aumento de rendimentos reais dos trabalhadores e da população em geral. Nos países onde há inflação, os aumentos de salários são absorvidos pelos aumentos de preços. Tal facto não se verifica na República Democrática Alemã porque, como vimos, os seus trabalhadores têm salários seguros e crescentes e os preços são estáveis.

Além do crescente e elevado poder de compra dos trabalhadores e da população em geral, resultante dos dois factores indicados





# Algot: Problema internacional TRABALHADORES CONTRA A REAÇÃO

**A resposta firme de 120 trabalhadores da Algot — empresa de confecções ligada a capitais suecos e situada na Póvoa do Varzim — ficou uma vez mais patente: contra a sabotagem econômica, contras as provocações reacionárias, os trabalhadores respondem com a justiça da sua luta, pelo direito ao trabalho e por melhores condições de vida, apoiando, em todas as instâncias, o trabalho árduo dos seus representantes sindicais.**

representante do Ministério do Trabalho. Mas ficou também muito claro, no plenário dos trabalhadores, que a sua confissão de sentimento relativo àquele departamento do Estado, no sentido que obriga agora o patrão sueco a cumprir a parte que lhe dá respeito.

Considerando justos os termos do despacho, os trabalhadores da Algot aprovaram as decisões do Ministério. Na sequência do plenário, enviaram-se telegramas ao Embaixador da Suécia no nosso país, e ao Ministério do Trabalho, para que proceda ao imediato e cabal cumprimento do despacho que exarou.

## AS DROGAS VOARAM DA QUINTA DAS ROSAS.

Antes da sua reunião magna e desprezando quaisquer formas de jogo escondido, os trabalhadores promoveram a reacção local (quando o patrão acabou, apoiado por um punhado de empregados de escritório da empresa, como o sr. Santos, que ganha 16 contos por mês) tentou dar uma nova dimensão à luta, provocando objectivamente uma confrontação directa com o Ministério do Trabalho, uma vez mais a sentença dos trabalhadores, bem vinculada num plenário cheio de força e participação, foi o obstáculo decisivo. Os trabalhadores cumpriram integralmente uma decisão ministerial, abandonando as instalações da empresa. Resposta ao patrão sueco que a compra, fazendo a empresa laborar.

Pois foi precisamente no primeiro dia deste mês que os trabalhadores da Algot levaram a cabo um plenário em que ficou bem claro o seu apoio ao despacho do Ministério do Trabalho, que é do seguinte teor:

«A laboração de que se deve começar imprudentemente até ao dia 6 de Fevereiro, sob a direcção da Administração da empresa tomando-se disposições para que o trabalho se inicie normalmente e procedendo os trabalhadores à imediata desocupação das instalações». Acrescenta o despacho que foi nomeado um funcionário da Secretaria de Estado do Trabalho para funções de mediação entre os trabalhadores e a Administração, a que a situação laboral regressa à normalidade, e que a mesma administração dará rigoroso cumprimento aos acordos de 25 de Junho e de 2 de Julho de 1974. Também para apuramento da verdade sobre acusações feitas a uma outra encarregada e salvaguarda dos seus direitos se fez um inquérito por uma comissão constituída ao abrigo do contrato em 25 de Junho de 1974, podendo a encarregada continuar ao serviço durante a elaboração do inquérito. E finalizar o despacho detestando o ministro que aos dias de paralisação de trabalho, bem como a que a mesma administração verificou na segunda quinzena de Dezembro, serão competidos, mediante a apresentação de trabalho em horas a estabelecer entre a Administração e os trabalhadores, sob mediação do representante da S.E.T. e como tal pagos».

Na parte que lhes toca, os trabalhadores na Algot tinham um papel decisivo. E cumpriram o despacho: às 16 horas, depois de armadas as instalações da fábrica e de desocupada, entregaram as chaves a

got, fartos de caciquismo e de ameaças, também não embarcaram nos ditos de uns senhores que se dizem defensores da democracia e andam a lançar calúnias sobre a luta dos trabalhadores contra a sabotagem, contra os despedimentos e o direito elementar ao trabalho.

## A ORQUESTRA DOS AMEAÇADORES

Não bastariam as violências que decorrem em ameaça de desemprego e dos prejuízos causados à economia nacional para que os patrões e seus laços passassem à ameaça directa. Com efeito, para além do apredelamento já referido, um administrador sueco dirigiu-se à fábrica — quando já era conhecido o despacho do Ministério do Trabalho — e apoderou-se de documentos, o que é muito grave quando se sabe que vai iniciar-se em breve uma visita de trabalho ao facto foi devidamente comunicado às autoridades militares.

Mas a violência do patronato vai mais longe: é a violência dirigida à economia nacional quando se verifica que houve compra de máquinas velhas (que corresponde à saída de divisas) e de malbaratismos como venda de tecidos que são vendidos ao estrangeiro e que voltam a entrar no País. Uma citação do sr. Jansens Algot é suficiente para ver até que ponto a reacção encontra apoio no capital estrangeiro: «A ditadura é a única forma de viver em Portugal». Pois isso não é de estranhar num país beneficiário do fascismo. Como não é de estranhar a pretensão do sr. Algot em investir agora em outros países, na mira de explorar mão-de-obra escravizada. Acontece que este patrão tem agora muito dinheiro

## TRABALHADORES EM LUTA

### SAUDAÇÃO À INTERSINDICAL

No plenário dos trabalhadores da Algot foi aprovada por aclamação a seguinte saudação à Intersindical:

«Por vosso intermédio queremos saudar todos os trabalhadores portugueses que nos têm apoiado na nossa luta, em especial os pescadores da Póvoa e o Calefacto da Conde que aqui bem perto travam uma luta igualmente difícil. Em vós aguardamos os sindicatos. União dos Sindicatos do Porto e a Intersindical, cujo apoio e solidariedade têm sido decisivos na nossa luta contra a exploração capitalista.

Camaradas: A nossa luta e as nossas conquistas são bem a prova de que só unidos podemos vencer. Nós, trabalhadores da Algot, estamos gratos pela solidariedade de todos os trabalhadores.

Camaradas: «Lutemos unidos porque é nossa a vitória final».

«Vivam os Trabalhadores Unidos!».

«Viva a nossa central única Intersindical!».

«Vivam os trabalhadores portugueses!».

«Vivam os trabalhadores e vigilantes venceremos!».

### INFORMAÇÃO TRATADA À BOPETADA

Do conflito da Algot ultrapassou fronteiras: o sindicato de vestuários da Suécia e os trabalhadores daquele país paralisaram as actividades durante quatro horas num dia de trabalho normal, obedecendo o produto dessas horas (que os patrões pagaram) aos seus colegas portugueses. Acrescenta-se que esta greve dos trabalhadores portugueses responde a um pedido de apoio da empresa têxtil fabricadora e que a Central dos Trabalhadores Suecos (L.T.O.) está a fazer o diagnóstico dos acontecimentos através de reportagens feitas por muitos órgãos de comunicação de vários países.

Entretanto, quando se dirigiu a delegação, no Porto do Ministério do Trabalho, o sr. Algot foi abordado por um repórter da TV sueca, e então respondeu virou-se para aquele profissional da Informação e deu-lhe uma resposta bastante eloquente: «A informação fixada nas imagens da TV daquele país a transmitida depois. Registe-se que o sr. Algot está a dizer que não estava sendo filmado resolveu esconder a cabeça na mão esquerda. Não respondeu os seus instintos agressivos.

Além de jornais suecos, órgãos de informação de vários países têm acompanhado a luta na Algot.

# Duarte Fêiteira VIVER DE APOIOS

Parante as diversas tentativas do patronato em conduzir a empresa à falência, cerca de 100 operários de limas Duarte Fêiteira SARL, situada na Vieira de Leiria, resolveu ocupar as instalações, laborando normalmente, até verem a sua situação resolvida. Entretanto os trabalhadores iniciaram uma campanha fazendo um apelo para que cada português lhes compre uma lima.

cedidos alguns financiamentos, mas os alguns previamente estabelecidas não eram cumpridas. A empresa foi fundada com 500 contos e 60 operários. Posteriormente, sem meter um tostão, só com créditos e hipotecas, introduziu novas máquinas e foram contratados mais 30 operários. Aumentaram a produção triplicou. Chegou a 25 de Abril e isto tudo rebentou, como é que a banca pode ser confiada?

E assim, a banca desculpando-se com a administração e a administração com a banca, a situação foi-se arrastando.

Contactámos, então, a administração — prossegue Saul Fragata — que nos disse ser tudo isto um problema do Governo, como se a empresa fosse de tipo de manobras. Lembramos que, alguns meses antes do 25 de Abril, outro Fêiteira (Tomé), proprietário de manobras bem característico, para nos inteirarmos da luta

Em Vieira de Leiria os Fêiteiras proliferam e, pelos vistos, todos eles interessados num certo tipo de manobras. Lembremos que, alguns meses antes do 25 de Abril, outro Fêiteira (Tomé), proprietário de manobras bem característico, para nos inteirarmos da luta

de todos os salários e subsídios em atraso.

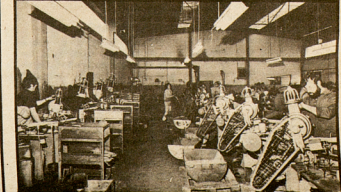
Como tais reivindicações não foram satisfeitas os trabalhadores ocuparam as instalações, dando um prazo de 10 dias para que tudo fosse resolvido. Mais de 10 dias passaram dando-se, por isso, início à venda do material em armazém.

Mas as dificuldades são grandes, os custos interactivos elevados. Do material produzido 70 por cento é absorvido pelo mercado internacional. Com esse não podemos nos contar uma vez que os pagamentos são feitos por caixa postal directamente ao patronato. Portanto só vendemos os restantes 30 por cento e a pronto pagamento para não termos riscos.

Solidarizando-se com a luta dos seus camaradas, os operários de trabalho, nomeadamente de Leiria (mais de 5000) procederam a uma paralisação de trabalho, obedecendo ao chamado de greve, em troca de um financiamento a estabelecer com a Comissão de Apoio às pequenas e médias empresas. Aceitamos a proposta e recomencamos a trabalhar a 24 de Setembro.

Masim acabava uma greve de quase três meses. Entretanto a banca recusou-se a conceder qualquer empréstimo com vista ao financiamento.

Saul Fragata adiantou: Já anteriormente tinham sido con-



Se cada trabalhador comprar uma lima, estas máquinas não vão para os salários e subsídios em atraso.

agora travada pelos trabalhadores de Duarte Fêiteira, deslocação nos a Vieira de Leiria onde os trabalhadores Saul Fêiteira Fragata, operário daquela firma e membro da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Leiria.

Como tais reivindicações não foram satisfeitas os trabalhadores ocuparam as instalações, dando um prazo de 10 dias para que tudo fosse resolvido. Mais de 10 dias passaram dando-se, por isso, início à venda do material em armazém.

«Ouvir a palavra Fêiteira o repórter franziu o sobrolho, mas Saul Fragata esclareceu: Calma aí, nada tenho a ver com os Fêiteiras ricos. É que na Vieira existem os Fêiteiras ricos e os pobres. Tinha e tem razão o amigo Fragata. Fêiteiras ricos e Fêiteiras pobres existem em toda a parte, em todo o mundo capitalista. Explorados e exploradores no final de contas».

Esclarecida a questão Saul Fragata continuou: Os problemas surgiram após o 25 de Abril, quando foram introduzidas alterações no contrato de trabalho, nomeadamente o aumento salarial. O patronato recusou-se a cumprir o estabelecido no novo CCT, lançando falta de meios. A 2 de Julho, perante o não cumprimento do CCT, entramos em greve com ocupação das instalações dando início às negociações no Ministério do Trabalho. Como nada se resolveu comunicamos através da imprensa que iríamos começar a vender as limas em armazém. Parante esta atitude a administração não quis cumprir o CCT bem como o pagamento de subsídios em atraso, em troca de um financiamento a estabelecer com a Comissão de Apoio às pequenas e médias empresas.

«Vivam os trabalhadores portugueses!».

«Vivam os trabalhadores e vigilantes venceremos!».

INFORMAÇÃO TRATADA À BOPETADA

Do conflito da Algot ultrapassou fronteiras: o sindicato de vestuários da Suécia e os trabalhadores daquele país paralisaram as actividades durante quatro horas num dia de trabalho normal, obedecendo o produto dessas horas (que os patrões pagaram) aos seus colegas portugueses. Acrescenta-se que esta greve dos trabalhadores portugueses responde a um pedido de apoio da empresa têxtil fabricadora e que a Central dos Trabalhadores Suecos (L.T.O.) está a fazer o diagnóstico dos acontecimentos através de reportagens feitas por muitos órgãos de comunicação de vários países.

Entretanto, quando se dirigiu a delegação, no Porto do Ministério do Trabalho, o sr. Algot foi abordado por um repórter da TV sueca, e então respondeu virou-se para aquele profissional da Informação e deu-lhe uma resposta bastante eloquente: «A informação fixada nas imagens da TV daquele país a transmitida depois. Registe-se que o sr. Algot está a dizer que não estava sendo filmado resolveu esconder a cabeça na mão esquerda. Não respondeu os seus instintos agressivos.

Além de jornais suecos, órgãos de informação de vários países têm acompanhado a luta na Algot.

Mas as dificuldades são grandes, os custos interactivos elevados. Do material produzido 70 por cento é absorvido pelo mercado internacional. Com esse não podemos nos contar uma vez que os pagamentos são feitos por caixa postal directamente ao patronato. Portanto só vendemos os restantes 30 por cento e a pronto pagamento para não termos riscos.

Solidarizando-se com a luta dos seus camaradas, os operários de trabalho, nomeadamente de Leiria (mais de 5000) procederam a uma paralisação de trabalho, obedecendo ao chamado de greve, em troca de um financiamento a estabelecer com a Comissão de Apoio às pequenas e médias empresas. Aceitamos a proposta e recomencamos a trabalhar a 24 de Setembro.

«Vivam os trabalhadores portugueses!».

«Vivam os trabalhadores e vigilantes venceremos!».

INFORMAÇÃO TRATADA À BOPETADA

Do conflito da Algot ultrapassou fronteiras: o sindicato de vestuários da Suécia e os trabalhadores daquele país paralisaram as actividades durante quatro horas num dia de trabalho normal, obedecendo o produto dessas horas (que os patrões pagaram) aos seus colegas portugueses. Acrescenta-se que esta greve dos trabalhadores portugueses responde a um pedido de apoio da empresa têxtil fabricadora e que a Central dos Trabalhadores Suecos (L.T.O.) está a fazer o diagnóstico dos acontecimentos através de reportagens feitas por muitos órgãos de comunicação de vários países.

Entretanto, quando se dirigiu a delegação, no Porto do Ministério do Trabalho, o sr. Algot foi abordado por um repórter da TV sueca, e então respondeu virou-se para aquele profissional da Informação e deu-lhe uma resposta bastante eloquente: «A informação fixada nas imagens da TV daquele país a transmitida depois. Registe-se que o sr. Algot está a dizer que não estava sendo filmado resolveu esconder a cabeça na mão esquerda. Não respondeu os seus instintos agressivos.

Além de jornais suecos, órgãos de informação de vários países têm acompanhado a luta na Algot.

«Vivam os trabalhadores portugueses!».

«Vivam os trabalhadores e vigilantes venceremos!».

INFORMAÇÃO TRATADA À BOPETADA

Do conflito da Algot ultrapassou fronteiras: o sindicato de vestuários da Suécia e os trabalhadores daquele país paralisaram as actividades durante quatro horas num dia de trabalho normal, obedecendo o produto dessas horas (que os patrões pagaram) aos seus colegas portugueses. Acrescenta-se que esta greve dos trabalhadores portugueses responde a um pedido de apoio da empresa têxtil fabricadora e que a Central dos Trabalhadores Suecos (L.T.O.) está a fazer o diagnóstico dos acontecimentos através de reportagens feitas por muitos órgãos de comunicação de vários países.

Entretanto, quando se dirigiu a delegação, no Porto do Ministério do Trabalho, o sr. Algot foi abordado por um repórter da TV sueca, e então respondeu virou-se para aquele profissional da Informação e deu-lhe uma resposta bastante eloquente: «A informação fixada nas imagens da TV daquele país a transmitida depois. Registe-se que o sr. Algot está a dizer que não estava sendo filmado resolveu esconder a cabeça na mão esquerda. Não respondeu os seus instintos agressivos.

Além de jornais suecos, órgãos de informação de vários países têm acompanhado a luta na Algot.

Siderurgia  
al  
de Siderurgia  
Pires, em  
do o eseu  
ncoância à  
l, pois vêm  
ira de defesa  
do Porto  
as ou de ou  
les que uma  
ca de defesa  
s, a outra, a  
ugar nos par.  
ntre a unicida-  
ou o mais fir-  
do nos tre-  
es. O Sindi-  
calhadores, o  
nfronte as ca-  
ntes dos traba-  
do de inúmeros  
do mesmo  
do, televi-  
diária, foi o  
DAS ASSO-  
Simplamem-  
do trabalho  
em dezenas  
empresas, em  
delegações Sindi-  
calistas, como  
os realizou-  
m Amareal,  
Reunião Ge-  
ral, a 19 de  
ria reações,  
dos traba-  
de outras  
projecto de lei,  
eclamação da  
do SINDICATO  
CIDADE SIN-

## O comício conjunto no Porto

# RESPOSTA CLARA AOS INIMIGOS DA UNIDADE

Milhares de trabalhadores responderam às palavras de ordem da União dos Sindicatos do Porto/Intersindical, comparecendo em massa ao comício realizado na sexta-feira, dia 24, promovido pela USP/INTER, com o apoio do Partido Comunista Português, do Movimento de Esquerda Socialista, do Movimento Democrático Português e da Frente Socialista Popular.

Numa altura em que as forças políticas defensoras dos interesses burgueses e todas as forças reaccionistas se uniram para agitar a bandeira da «liberdade», batendo-se contra a unidade sindical para dividir os trabalhadores e manter e agravar a exploração, a firmeza e a unidade saliram uma vez mais reforçadas. Mais uma vez ficou bem claro que a liberdade efectiva dos trabalhadores passa por sindicatos independentes do Estado e dos partidos políticos, com ampla democracia interna, onde os trabalhadores se unem na base dos seus interesses de classe, capazes de combaterem as infiltrações do patronato.

Na mesa que presidiu à sessão no Pavilhão do Académico, no Porto, tomaram lugar João Fonseca, pela Intersindical; Ângelo Ferreira, e Conveira Pinto, da União dos Sindicatos do Porto; Francisco Miguel e António Mota, do Partido Comunista Português; Galambá de Oliveira e Fernanda Bernarda, do Movimento de Esquerda Socialista; Macedo Varela e Celso Costa, do MDP/CDE; e Paulo Loureiro e Miguel Nunes Correia, da Frente Socialista Popular.

Nos últimos tempos a unidade da classe trabalhadora foi submetida a sérios ataques, desde a direita reaccionista até esquerdistas inconsequentes, passando por oportunistas que se reclamam de dirigentes políticos dos trabalhadores — começou por referir João Fonseca, que denunciou uma autêntica «santa aliança» dirigida contra a unidade da classe trabalhadora. Mas os trabalhado-

res resistiram e estão a resistir — salientou João Fonseca — e a unidade reagrupa as forças de esquerda e defende o processo democrático.

### ALARGAR A PARTICIPAÇÃO SINDICAL

«A intervenção de João Fonseca prosseguiu com um alerta a todos os trabalhadores, visto que há ainda muito a fazer para reforçar a unidade de cuja força dependerá o avanço do processo democrático, com o alargamento da participação sindical a todos os níveis e em todos os locais de trabalho.»

A luta contra os despedimentos, pelo congelamento dos preços, pela nacionalização da banca, pela reforma agrária, contra os monopólios foi salientada pelo dirigente da Intersindical, que denunciou que o poder económico mantém-se intocável e este facto pode pôr em risco todas as conquistas democráticas já alcançadas.

### CONTRA O DIREITISMO

Ou se é a favor da democracia dentro dos sindicatos, em que as minorias acatam as regras democráticas, subordinando-se à vontade da maioria, ou se é pela anarquia e pelo enfraquecimento católico dos sindicatos — acentuou António Mota, representando o Partido Comunista Português.

O dirigente comunista explicou em seguida a linha do PCP relativamente à unidade e denunciou as organizações políticas que se manifestaram contra a unidade: CDS, PPM, PSDI, Sedes, PPD, PS e o MRPP, dirigindo uma forte crítica à direcção do PS: «Esta «santa aliança» que vemos arguer-se nos últimos dias contra a unidade, é nada de oportunismo, é anticomunismo alarmista. O Dr. Mário Soares dirá que se pode tratar de uma simples convergência feliz. Nós dizemos que é uma aliança infeliz.»

### CRISE DE DOMINAÇÃO DA BURGUESIA

O representante do MES, Galambá de Oliveira, afirmou que se vive numa situação de

crise de dominação da burguesia sobre a classe operária e o povo trabalhador, em que forças políticas representadas no Governo estão empenhadas numa estabilização à custa da repressão e do amodornamento da classe operária. Galambá de Oliveira considerou em seguida que a defesa da unidade é o primeiro passo no combate decisivo contra o patronato e o poder dos capitalistas. O MES — referiu — defende sindicatos independentes dos partidos políticos, do Estado e das organizações internacionais existentes.

O representante do MES alertou ainda para a necessidade de cerrar fileiras em torno da unidade firmada na lei e considerou que atacar este facto é abrir as portas ao pluralismo sindical e fazer o jogo da burguesia, dividindo os trabalhadores.

### BATALHAR NA FRENTE ECONÓMICA

Macedo Varela, do MDP/CDE, salientou a necessidade de se avançar numa estratégia antimonopolista e considerou que é decisivo a batalha da frente económica para o futuro da democracia em Portugal. Depois de recordar o «28 de Setembro», afirmou que a reacção voltou agora à carga, tentando a contra-revolução, a sabotagem económica, a criação de um clima de instabilidade social, as manobras para dividir o MFA, os trabalhadores e o povo. Macedo Varela denunciou depois as manobras da CIA e, relativamente à unidade, afirmou: «Dizer que se quer unidade e recusar a sua consagração na lei é dizer que se pretende proteger a casa dos ladrões e deixar a porta aberta.»

### ALIANÇA DOS TRABALHADORES COM O MFA

Após esclarecer que o seu partido estava ali para reforçar a unidade dos trabalhadores e a aliança da classe trabalhadora com o MFA, o representante da Frente Socialista Popular afirmou que é necessário evitar que os interesses dos tra-

lhadores sejam manobrados pela burguesia e pelo capital e defendeu que a vitória das forças populares depende da aliança entre o MFA e as forças progressistas, sem privilegiar nenhuma delas.

Manifestando o apoio da FSP à consagração legal da unidade alertou ainda contra os que vestem roupagens democráticas e enganam o povo. O representante da FSP sublinhou que a vontade dos trabalhadores deve ser respeitada na lei, que deverá consagrar também a democracia interna da organização sindical e a intervenção do Estado. Sublinhou ainda que deve impedir a vontade dos trabalhadores na lei pois o contrário daria origem a cúpulas divorciadas dos seus verdadeiros interesses de classe.

### UNIDADE: A MELHOR ARMA DOS TRABALHADORES

A unidade das forças democráticas foi uma tônica dominante ao longo de todo o comício, em que ficaram bem vinculadas as palavras de ordem dadas pela unidade da classe trabalhadora, pela aliança do povo com o MFA e contra a reacção.

A intervenção de Ângelo Ferreira, da União dos Sindicatos do Porto, que encerrou o comício deixou bem clara a denúncia das manobras divisionistas da reacção que visam criar a discórdia entre os trabalhadores. Ângelo Ferreira lembrou mais uma vez, lançando uma alerta vigorosa, que muitos dos que agora se afirmam defensores dos trabalhadores nunca fizeram nada por eles.

No final da sua intervenção vincou bem: a unidade é a melhor arma de que se podem servir os trabalhadores.

N. da R. — Um lamentável erro de montagem fez sair, no último número do «Avanço», um texto diferente no local da reportagem deste comício. Por isso oferecemos, hoje, o texto verdadeiro, apresenta ao mesmo tempo as nossas desculpas pelo lapsos.



O fertilizante que faltava ao trigo português. A herdade do Outeiro recuperada pelos

# Operários A TERRA

«Os operários agrícolas são a única força verdadeiramente organizada do distrito de Beja — afirmam-nos o administrador por parte do Estado na Herdade do Outeiro, a 15 quilómetros da capital da província do Baixo Alentejo, quando, na terça-feira, ali fomos ver como funciona a primeira exploração agrícola alvo da intervenção do Estado. Esta medida foi uma consequência da actuação unitária e consciente dos trabalhadores, apoiados num sindicato que tem existência legal desde o 25 de Abril mas que se apresenta já como um modelo de organização e capacidade de intervenção.»

### UMA SITUAÇÃO ESCANDALOSA

Os operários agrícolas do Alentejo constituem, desde há muitos anos, a vanguarda dos trabalhadores portugueses na luta contra a exploração e contra o fascismo, de que sempre foram as maiores vítimas deste País. As incidências da vida política, após a queda do regime catonista-salazarista, obrigaram-nos a tomar a iniciativa, numa zona das mais delatadas no que a sabotagem contra a economia e contra a democracia diz respeito. O 28 de Setembro, especialmente radicalizado no Alentejo, teve ali um bloqueamento impressionante da parte dos trabalhadores, que se organizaram no distrito de estudo aturado das condições reais, de vigência revolucionária intangível, de criação de condições concretas para a defesa do direito ao trabalho, do cumprimento das convenções colectivas por parte dos agrários, da defesa da economia. Os resultados são já palpáveis.

«Neste momento, pode dizer-se que há mais sementeira esta que há mais sementeira em qualquer outro ano — disse-nos José Baptista Mestre Sobral, do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Beja.

«Foi por iniciativa e decisão dos trabalhadores, apesar da situação escandalosa a que se chegou, com o abandono das terras por parte dos latifundiários, das vendas de gado contra a economia, da destruição de açitões, dos fogos nas searas, e por aí além. 50 no distrito de Beja, chegou-se, a meio da semana passada, a esta situação: 4 000 trabalhadores agrícolas desemprega-

dos, cerca de 10 000 sem trabalho, apertivos chamados ao Governo Provisório e autoridades.

«Vai começar, dentro de alguns dias, o trabalho de campo em Beja — afirmou o administrador por parte do Estado na Herdade do Outeiro, a 15 quilómetros da capital da província do Baixo Alentejo, quando, na terça-feira, ali fomos ver como funciona a primeira exploração agrícola alvo da intervenção do Estado. Esta medida foi uma consequência da actuação unitária e consciente dos trabalhadores, apoiados num sindicato que tem existência legal desde o 25 de Abril mas que se apresenta já como um modelo de organização e capacidade de intervenção.»

Nos, os agricultores do distrito de Beja, em manifestação pública no dia 19 de Setembro de 1977, estiveram mais de 40 mil trabalhadores agrícolas. Os resultados são já palpáveis.

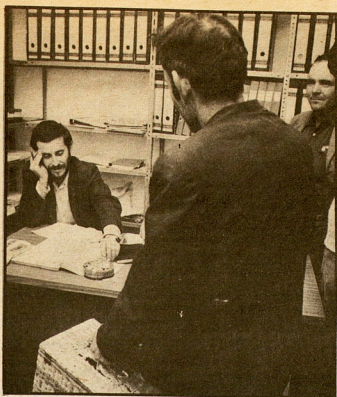
«Neste momento, pode dizer-se que há mais sementeira esta que há mais sementeira em qualquer outro ano — disse-nos José Baptista Mestre Sobral, do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Beja.

«Foi por iniciativa e decisão dos trabalhadores, apesar da situação escandalosa a que se chegou, com o abandono das terras por parte dos latifundiários, das vendas de gado contra a economia, da destruição de açitões, dos fogos nas searas, e por aí além. 50 no distrito de Beja, chegou-se, a meio da semana passada, a esta situação: 4 000 trabalhadores agrícolas desemprega-





Herdade do Outeiro recuperada pelos operários



Sindicato de Beja: Baptista Soeira ouve mais uma exposição sobre sabotagem patronal contra a convenção colectiva



As oliveiras voltarão a produzir. A azeitona não será enterrada

## Operários agrícolas do distrito de Beja

# EREA ANO LEITRABALHA

es de boa terra em Portugal são o que, em vitórias da guerra organizada contra os

começa ali em os e vitoriosos, no começa a

ÇÃO SA

agricultores do distrito de Beja, reunidos em manifestação distrital no dia 2 de Fevereiro de 1975, em que estiveram presentes mais de 40.000 trabalhadores agrícolas, dirigidos ao Governo Provisório, ao M.F.A., aos partidos autenticamente progressistas, e a todo o País, a seguinte Declaração:

1.ª: A situação no Baixo Alentejo é extremamente grave.

2.ª: Habitados durante meio século a superexplorarem os trabalhadores agrícolas e a usufruírem de uma situação de autênticos senhores feudais, os grandes agrários alentejanos mostram-se inconscientes perante o desenvolvimento do processo democrático e maior actividade para o regresso de uma estrutura fascista a Portugal.

3.ª: Não se trata de casos isolados, mas de um autêntico plano que os trabalhadores vêm desenvolver-se perante os seus olhos.

4.ª: O desemprego em massa, que nunca como este ano atingiu tal intensidade, e que se traduz neste momento no distrito de Beja em cerca de 4000 homens e 10.000 mulheres sem trabalho.

5.ª: Criar dificuldades, lançar os trabalhadores na miséria e na fome, desorientá-los e desunir-los, com vista a canalizar o seu descontentamento contra o Governo Provisório e o M.F.A., tal é o objectivo dos grandes agrários fascistas.

6.ª: E a sabotagem económica, que se revela desde o 25 de Abril nas mais diversas formas: desde o incêndio ou a não colheita das searas; até à perda de considerável parte da azeitona que foi enterrada ou que não foi colheita; até à realização de falsas colheitas como sejam os casos de sementeira insuficiente ou sementeira de cavada e pastagens em terras de trigo;

foram informados, o sindicato convocou uma grande manifestação de apoio a este decréto, em Beja, para o último domingo. Palavras de ordem: «Não ao desemprego. Queremos trabalhar!»; «Agrários sabotadores na gaiola!»; «Abaixo os latifundiários!»; «Avante pela reforma agrária — a terra a quem a trabalhou!»; «Povo-M.F.A.: o povo está com o M.F.A.» Responderam à chamada perto de cinquenta mil trabalhadores, estando presente o governador civil, representantes do Movimento das Forças Armadas e membros do Governo, entre os quais os secretários de Estado da Agricultura e do Trabalho.

7.ª: O primeiro anúncio, então, as medidas e pôr rapidamente em prática no campo da agricultura e que visam a apropriação dos regadios a partir de uma área determinada — o que, segundo julgamos saber, é inferior a 100 hectares — e o rendimento muito baixo ou ex-

propriação das herdades onde se verifique sabotagem económica ou outros delitos previstos na lei: despedimentos injustificados, não aproveitamento ou subaproveitamento, não cumprimento da convenção colectiva de trabalho, etc.

8.ª: Foi a maior manifestação, em Beja, após o 25 de Abril — afirmou o camarada Baptista Soeira. A situação que a deu lugar e as medidas que decidimos tomar constam de um documento all aprovado e enviado ao Governo: a «Declaração de Beja». Foi um grande exemplo da nossa unidade e da nossa determinação: não consentiremos o desemprego criminoso, não consentiremos a sabotagem económica e a apropriação da terra, de facto, sob nosso controlo: temos a ver com a sua rentabilidade, com o destino dos seus produtos, com a sua administração.

Uma pergunta: que fazer

quando o agrário não pagar aos trabalhadores que lhe foram impostos?

«Uma coisa é absolutamente certa — responde Baptista Soeira. — Esses trabalhadores foram lá colocados na certeza de que eram lá necessários. E foram lá para trabalhar. E o patrão não lhes deu o salário a que têm direito, não verá em sua nos qualquer produto da herdade.»

«Hoje, no distrito de Beja, não há homens operários agrícolas desempregados. Há mulheres, ainda, mas soluções estão a ser procuradas. A organização, a disciplina e a consciência de classe e política dos trabalhadores constituem uma força inultrapassável.»

«Eles sabem o que querem e para onde vão. Os agrários também. A reforma agrária já começou, apesar das provocações e insinuações: é que não basta assinar um decreto. É preciso agir.

«Cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho?» Ou a sua vitalidade constante através da fuga ao pagamento das jornas mínimas estipuladas, do despedimento sem indemnização de trabalhadores distribuídos pela Comissão de Técnicos nomeada pelo Governo para analisar o subaproveitamento das herdades caso por caso?

«2.ª: A atitude dos grandes agrários alentejanos a não guém surpreende, porém. Pois não foram eles, o longo de meio século, um dos pilares em que assentou o regime fascista, tendo-se caracterizado sempre pelo ultra-reaccionarismo mais violento?»

«Hoje, na constituição do Portugal novo estão interessadas classes (os trabalhadores, os pequenos agricultores, os sectores antimonopolistas da população) cujos interesses são absolutamente opostos aos dos grandes latifundiários. O avanço

Continuação da pag. 9

## DECLARAÇÃO DE BEJA

to na democratização do País, em cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho.»

«Mas qual é o trabalhador que ignora que a realidade é exactamente a oposta, e que só a unidade e a dura luta da classe os tem obrigados a recuar?»

«Diálogo franco e aberto?» Ou a mais arrogante e desonesta tentativa de ludibriar os trabalhadores e o seu Sindicato?

«Colaboração na democratização do País?» Ou a conspiração a todo o dia e a toda a hora contra a democracia, as situações fascistas nos montes e herdades isoladas, as ameaças e perscrições que movem ao Partido Comunista Português, a corrupção política, a «colaboração» da sua associação, a ALA, procuram deitar por terra os olhos do Governo e do Povo e modo de afastar o seu sinistro plano. Falam em «diálogo franco e aberto com o Sindicato Regional dos Trabalhadores Agrícolas», em quererem «colaborar de fa-

gime fascista?»

«Cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho?» Ou a sua vitalidade constante através da fuga ao pagamento das jornas mínimas estipuladas, do despedimento sem indemnização de trabalhadores distribuídos pela Comissão de Técnicos nomeada pelo Governo para analisar o subaproveitamento das herdades caso por caso?

«2.ª: A atitude dos grandes agrários alentejanos a não guém surpreende, porém. Pois não foram eles, o longo de meio século, um dos pilares em que assentou o regime fascista, tendo-se caracterizado sempre pelo ultra-reaccionarismo mais violento?»

«Hoje, na constituição do Portugal novo estão interessadas classes (os trabalhadores, os pequenos agricultores, os sectores antimonopolistas da população) cujos interesses são absolutamente opostos aos dos grandes latifundiários. O avanço

Continuação da pag. 9

## VIDA SINDICAL

daquele sector tivessem direito a receber o 13.º mês.

### SEGUROS IMPERIO

No plenário dos trabalhadores da Companhia de Seguros Império (Sages/Univerfal) foi aprovada uma proposta em que se exigia às administrações daquelas seguradoras o congelamento dos aumentos de salários superiores a 17 00000, anulando assim a decisão das administrações que tentaram ultrapassar aquela medida já decidida em anterior plenário — e que «asificações especiais — «surdas» — num montante superior a 1000 contos, a atribuir a 22 directores, revertissem a favor do Ministério do Trabalho».

Caso estas reivindicações, decididas pelos trabalhadores em plenário, não sejam cumpridas pelas administrações, os trabalhadores adoptarão, as formas de luta que acharem convenientes para as quais elaborarão ser postas em prática.

### PROFISSIONAIS DE ALFAIATARIA E COSTURA DE BRAGA E VIANA DO CASTELO

O Sindicato dos Profissionais de Alfaiataria e Costura dos distritos de Braga e Viana do Castelo envia recentemente às bases um anteprojeto do novo Contrato Colectivo de Trabalho daquele sector, que, dentro em breve, virá a ser negociado com as entidades patronais.

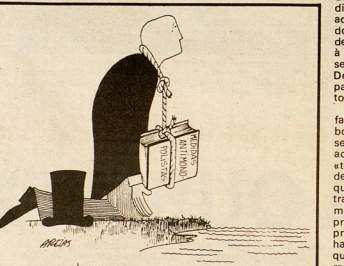
Este C.C.T. será um contrato único para todos os trabalhadores de vestuário de todo o País — os que lhe dá grande força — como diz em condições de vida e de trabalho para os trabalhadores de vestuário, o sindicato de Braga e Viana do Castelo.

Por outro lado, tendo em conta o conhecimento de que em certas fábricas não está a ser cumprido o estipulado sobre o salário mínimo nacional, solicita a direcção sindical alerta as autoridades para que não cedam a tentativas de divólio ou chantagens do patronato e que as façam valer os seus direitos.

Do mesmo sentido de lutar por melhores condições de vida e de trabalho para os trabalhadores de vestuário, o sindicato de Braga e Viana do Castelo, juntamente com todos os Sindicatos do Vestuário do País, teve um reunião no Ministério do Trabalho para conseguir que os trabalhadores

de I.T.T.-Rabor em plenário realizado no passado dia 29 de Janeiro, aprovou um anteprojeto apresentado pela sua comissão de iniciativa, em que são divulgadas as manobras reaccionárias de uma multinacional I.T.T. tem vindo a desenvolver numa tentativa desesperada de fazer o processo revolucionário em curso.

Segundo o que é estabelecido no referido relatório, essa sabotagem ter-se-á verificado.



PLANO DE EMERGENCIA

nomadamente pela prática de subfaturação, corte de investimentos, anulação de encomendas para as associadas da I.T.T. na Europa, falta de liquidez de Caixa (que não permite o levantamento de matérias-primas da Alfândega), desocupação de trabalhadores.

Atendendo à situação grave que aquela empresa atravessa e à indiferença que a I.T.T. sempre demonstrou pela segurança e futuro dos trabalhadores, ficou também aprovado em plenário que a Comissão de Iniciação dos trabalhos apresentasse o referido relatório e provas documentais de sabotagem económica ao ministro do Trabalho, capitão Costa Martins.

Do relatório dos trabalhadores de Rabor tiramos os seguintes dados:

«A Rabor, fábrica de motores eléctricos, situada no concelho de Ovar, cuja existência é de 29 anos, teve como origem a associação de um grupo familiar. Esta empresa desenvolveu-se e prosperou tendo-se lançado, no período que antecedeu a sua venda à I.T.T., na exportação de motores com destino ao Vietnam. A evolução da empresa deu origem ao imperialismo americano e o consequente corte de encomendas, levou esta empresa a uma situação de difícil sobrevivência, que culminou com a sua compra pela multinacional I.T.T. Foi a Rabor comprada pelo montante aproximado de 70 mil contos, sendo o seu capital social de 25 mil contos, sendo a I.T.T. o único accionista. A Rabor tem nesta data o seu serviço cerca de 350 pessoas, sendo a sua faturação global da ordem dos 120 mil contos, 50 por cento dos quais para o mercado externo».

nos oferece subordinações aos interesses particulares desta empresa multinacional no que diz respeito à compra de matérias-primas, sua transformação e circuitos de comercialização, com os quais se quer alcançar lucros que excedam as quantias inerentes às imposições de custos, que visam a transferência da «mais-valia» para os países onde podem ser obtidas melhores vantagens económicas. Desde que a I.T.T. compra a Rabor, não foram feitos investimentos tendo sido aplicados nos sectores destinados à exportação, o que se reflecte em estagnação nos métodos e progressos técnicos dos sectores destinados ao fabrico dos produtos destinados ao mercado nacional.

Abordando a seguir a situação económico-financeira da empresa chegou-se à conclusão de que para o ano de 1975 foram totalmente eliminados os seguintes créditos em favor das no fim de 1974 já ascendiam a 110 000 contos (67 mil aos bancos, 40 mil aos fornecedores e 3 mil aos clientes). Em Dezembro novo empréstimo para ser efectuado o pagamento de vencimentos desde mês.

Perante este conjunto de factos, os trabalhadores de Rabor, no seu relatório, tiram as seguintes conclusões sobre a actual situação da empresa: «ter sido a empresa mal gerida desde 1968»; «terem sido anulados todos os investimentos para 1975»; «existirem na sequência do corte de encomendas, várias espécies de trabalhadores sem ocupação»; «haver falta de dimensão do produto devido a matérias-primas na alfândega com todas as consequências que levou ao aparecimento de novos tipos de fabricação para empresas do grupo I.T.T. na Inglaterra, França, Alemanha e Suíça».

«Estes novos produtos são motores industriais de pequena potência não correntes no mercado nacional e ainda componentes para motores destinados às linhas de montagem das associadas da I.T.T. nos países referidos. Foi assim que vimos ser preferido o mercado nacional com largas possibilidades dado que o consumo industrial de energia eléctrica apresenta taxas de crescimento anual não inferiores a 10 por cento. Por outro lado, os mercados que a I.T.T.

«Como se pode concluir do exposto, a situação económica e financeira da empresa é grave, sendo insolúvel, pelo que entendemos que só uma acção enérgica e decidida dos trabalhadores, com a ajuda do Governo Provisório e do M.F.A. poderá salvar a vida da empresa, revitalizando-a, recuperando-a e a pondo-a ao serviço dos superiores interesses dos trabalhadores e da economia nacional».

## NOTICIAS DA INTER

### PELO QUEM quiser auxiliar materialmente os heróicos trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo, pode fazê-lo, enviando os donativos para a sede da Inter-sindical. Lancando um apelo à solidariedade de todos os trabalhadores portugueses, dirigiu a Inter num comunicado: «É do conhecimento do Povo Português a heróica luta dos trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo contra a ditadura fascista que apoia o poder económico dos latifundiários.

Logo a seguir ao 25 de Abril e mostrando grande consciência de classe, os trabalhadores agrícolas, uniram-se e organizaram-se, constituindo sindicatos. Como acção imediata, unificaram os sindicatos com a organização representativa dos latifundiários, a A.L.A. — Associação Livre dos Agricultores, contratos colectivos de trabalho, tendo conseguido que nos seus estatutos se consignasse justos direitos dos trabalhadores, como se lê no Direito do Trabalho».

Os latifundiários na sua comprovada acção de sabotagem à economia nacional e ao processo democrático iniciado em 25 de Abril, fizeram «gato-capa» para impedir que a sua organização representativa (A.L.A.) tenha acordado, consoante a não cultivar os terrenos, a abater gado, a despedir trabalhadores criando uma situação de desemprego a dezenas de milhares de trabalhadores, no Alentejo, nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém.

Numa atitude verdadeiramente histórica e patriótica, os trabalhadores agrícolas levaram à prática uma decisão de um Plenário dos seus delegados sindicais, começando a ocupar as terras incultas e subaproveitadas dos grandes latifundiários, tentando assim pôr termo à situação de miséria que lhes é causada pelo desemprego, ao mesmo tempo que contribuem decisivamente para a inicia da Reforma Agrária, única solução para a recuperação económica da Agricultura Portuguesa.

Porém, este acto dos trabalhadores agrícolas, não pôde a curto prazo resolver os problemas da subsistência das milhares de famílias que há semanas e até meses, não recebem o único centavo, e que por isso, se vêem perante o aspecto da fome, realidade que assume particular gravidade no concelho de Mértola.

A Inter-sindical, lança um apelo à comprovada solidariedade dos trabalhadores portugueses para apoiar a luta dos trabalhadores agrícolas e auxiliarem materialmente estes camaradas.

### ESTUDANTES-TRABALHADORES

Um grupo de jovens metalúrgicos, convocou, para sábado, dia 8, pelas 17 horas, na sede da INTER, uma reunião preparatória para grande encontro nacional

de trabalhadores-estudantes a efectuar em 22 e 23 deste mês, por promoção do MJT e da Inter-sindical. Dizem, a propósito, os jovens metalúrgicos: «Na actual conjuntura política grandes tarefas se impõem aos jovens trabalhadores, aos trabalhadores e ao povo em geral na consolidação do processo democrático que se vive no nosso país. Grandes vitórias se alcançaram já neste curto espaço de 9 meses da jovem democracia portuguesa, como seja a perspectiva de independência total das províncias ultramarinas. A conquista do direito de voto aos 18 anos representa uma vitória, mas uma importante vitória, fruto do espírito de abnegação da juventude e dos seus ideais anticapitalistas, no entanto muito há ainda a fazer para vencer os vários obstáculos que se nos avanço da democracia em Portugal. É neste aspecto que os jovens de progressiva através das suas organizações democráticas tem avançado na organização política e social, a nível cultural e político. Neste aspecto cabe-nos também a nós, os jovens metalúrgicos, desenvolver esforços no sentido de através das nossas organizações de massas e dos sindicatos criar condições de trabalho para discussão e resolução dos nossos problemas específicos de classe».

### ESCLARECIAMENTO

Por iniciativa do Movimento da Juventude e Trabalhadora (M.J.T.), levou-se ao público da Inter-sindical, no passado dia 4, um colóquio sobre «Sindicatos e trabalhadores agrícolas em prática uma decisão de um Plenário dos seus delegados sindicais, começando a ocupar as terras incultas e subaproveitadas dos grandes latifundiários, tentando assim pôr termo à situação de miséria que lhes é causada pelo desemprego, ao mesmo tempo que contribuem decisivamente para a inicia da Reforma Agrária, única solução para a recuperação económica da Agricultura Portuguesa».

### NA CONSTRUTORA MODERNA

D ELEGADOS sindicais e os trabalhadores da Construtora Moderna em colaboração com as delegações metalúrgicas de Almada, Beja e Évora, e a Inter-sindical efectuaram uma reunião nas instalações fabrica daquela firma, no passado dia 5. Abordaram-se vários assuntos de carácter sindical, mostrando-seos trabalhadores bastante interessados pela reunião, que, participando vivamente, mostraram o seu verdadeiro sentido de sua unidade e a necessidade de melhoramento económico, social e político para todos os trabalhadores.

# SEMANA NO MUNDO A REACÇÃO AO ATAQUE NO PERU

entre as forças do Exército e a Guarda Civil. Uma multidão de milhares de pessoas, em suas instalações de dois jantões, club militar, dois hotéis e vários carros. À frente das forças reaccionárias, estudantes ditos de extrema-esquerda, presidente Velasco Alvarado e contra o regime anti-imperialista e anticolonialista que os militares — os anos instauraram no país em Outubro de 1968, apedrejaram os soldados e entraram em história destruidora. Nos incidentes morreram, segundo as últimas informações, 300 pessoas, trinta pessoas. O Governo decretou o estado de emergência, com suspensão de todas as garantias constitucionais. As comunicações entre a capital — Lima — e o resto do país estiveram interrompidas durante horas. Segundo as primeiras informações, outros incidentes se registaram em várias cidades do país. Contudo, de momento, parece que o Exército controla totalmente a situação.

Seja qual for o desenrolar dos acontecimentos, uma coisa podemos desde já afirmar: não são os elementos das esquerdas nem as classes trabalhadoras que estão na origem deste golpe. A queda do regime peruano só pode interessar aqueles que, de há seis anos a esta parte, têm vindo a perturbar o equilíbrio económico, político e social. Caminhando cautelosamente, os militares peruanos começaram a proceder à nacionalização de uma companhia americana, I. P. C. envolvendo-se no encoberto de tal forma vergonhosa, poucas vezes osauram levantar-se contra tal medida. Porém, o Governo de Velasco reagiu intencionalmente, aplicando sanções em matéria de crédito. Ao fim de seis anos de governo, uma importante reforma agrária (que só tem paralelo na América Latina

de Cuba e a que Allende rotundo no Chile) foi levada a cabo; os sectores básicos da indústria e comércio foram nacionalizados. A singular reforma que os militares peruanos seguiram, nada tem a ver com a reforma agrária social-democrática: as alterações introduzidas na estrutura económica não tiveram verdadeiras alterações nas relações de produção.

Em vez de tudo o mais, a pasta americana não esperou mais o Peru. Mas não desiste. Encurpa-se contra a reforma agrária, e apoia nas forças reaccionárias e nas forças hipocritamente ultra-revolucionárias do País, vai tentando os seus golpes. Como o de agora. E como os demais que se seguirão.

de Cuba e a que Allende rotundo no Chile) foi levada a cabo; os sectores básicos da indústria e comércio foram nacionalizados. A singular reforma que os militares peruanos seguiram, nada tem a ver com a reforma agrária social-democrática: as alterações introduzidas na estrutura económica não tiveram verdadeiras alterações nas relações de produção.

Em vez de tudo o mais, a pasta americana não esperou mais o Peru. Mas não desiste. Encurpa-se contra a reforma agrária, e apoia nas forças reaccionárias e nas forças hipocritamente ultra-revolucionárias do País, vai tentando os seus golpes. Como o de agora. E como os demais que se seguirão.







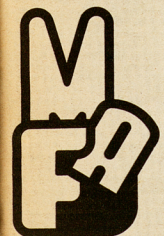
EN

FUTEBOL E UNIDADE



Agora que tanto se fala de unidade, virá a propósito referir o que dela pensava Amílcar Cabral, o herói primeiro da libertação da Guiné. Não propriamente do unidade sindical, que esse tem sido o aspecto mais discutido ultimamente, mas sim de UNIDADE NACIONAL.

me de futebol é formado por vários indivíduos, 11 pessoas. Cada pessoa com o seu trabalho concreto para fazer quando o «time» de futebol joga. Pessoas diferentes uma das outras: temperamentos diferentes, muitas vezes instrução diferente, alguns não sabem ler nem escrever, outros são doutores ou engenheiros, religião diferente, um pode ser mulçumano, outro católico, etc. Mesmo de política diferente, um pode ser de um partido, outro do outro. Um pode ser da situação, como por exemplo em Portugal, outro pode ser da oposição. Quer dizer, pessoas diferentes umas das outras, considerando-se cada uma diferente da outra, mas do mesmo «time» de futebol. E se esse «time» de futebol, no momento em que está a jogar, não conseguir realizar a unidade de todos os elementos, não conseguirá ser um «time» de futebol. Cada um pode conservar a sua personalidade, as suas ideias, a sua religião, os seus problemas pessoais, um pouco da sua maneira de jogar mesmo, mas eles têm de obedecer todos a uma coisa: têm de agir em conjunto, para meter golos contra qualquer adversário com quem estiver a jogar, quer dizer, à roda deste objectivo concreto, meter o máximo de golos contra o adversário. Tem que formar uma unidade. Se o não fizerem, não



OS CAMINHOS DA LIBERDADE

Em Novembro de 1969, durante um seminário de quadros promovido pelo P. A. I. G. C., Amílcar Cabral falou de alguns princípios do partido e, ao referir-se às ideias de UNIDADE e LUTA, serviu-se do futebol como exemplo para explicar bem o que se deveria entender por Unidade.

Note-se que o fez com conhecimento de causa, porque ele próprio jogou futebol e bem, pelo menos, em Lisboa, quando aluno do Instituto Superior de Agronomia. Era ele o extremo-esquerda da equipa que na época de 1946-49, conquistou o título de Campeão Universitário. Assim, quando, ao dirigir-se ao seu jogo, Amílcar Cabral lhe falou de futebol, não o fez apenas como um teórico, mas com o saber da prática.

Eis concretamente o que ele disse, nessa sua alocução: Consideremos, por exemplo, um «time» de futebol. Um «ti-



O ARBITRO M. F. A.

é o «time» de futebol, não é nada. Isto é, não se vem um exemplo claro de Unidade».

E curioso que também o M. F. A. se serve da terminologia desportiva para mais facilmente se fazer entendido daqueles a quem se dirige. Assim, por exemplo, um fecho mais curioso e muito oportuno, editado e distribuído pelo M. F. A. e intitulado «Os caminhos da liberdade», já vem, a páginas 12, no capítulo «Qual é o partido das Forças Armadas?», esta sugestiva passagem: «Depois de escolhidos os representantes do povo, as Forças Armadas limitam-se a votar pela continuação da existência das LIBERDADES DEMOCRÁTICAS em Portugal, seja qual for o partido que ganhe as eleições para a Assembleia Legislativa. Até lá as Forças Armadas são o árbitro do jogo político em que todos os portugueses devem ser jogadores; são a garantia de que há e haverá LIBERDADE para o povo escoltor.

...É isso mesmo, vamos jogar, vamos todos entrar no jogo, precisamente porque um árbitro chamado M. F. A. vos merece toda a confiança.

CARLOS PINHAO

CULTURA E TEMPOS LIVRES

Vamos ler

Exploração Capitalista de Marta Harnerer e Gabriela Uribe (2.ª edição) — Cader nos Políticos de Educação Popular. Preço: 12\$00. Neste caderno — o 2.º da colecção — analisam-se os conceitos de «capital», «mais-valia», «valor da força do trabalho», etc. É indispensável que leia.

Ensaio de Domingo de Mário Sacramento — Editorial Nova. Preço: 12\$00. Custa-nos recomendar livros cujo preço é incomportável para a bolsa da grande maioria. O que não podemos é deixar de recomendar um livro de Mário Sacramento, particularmente para aqueles que se interessam pelas coisas literárias.

Os Comunistas e a Social-Democracia de V. Vassilov, S. Gribanov e I. Undassyrov. Editorial Estampa — Preço: 4\$00. «As contradições que dividem os partidos comunistas e os partidos social-democratas não deverão ser consideradas como obstáculos intransponíveis à unidade de acção para a transformação da sociedade».

Com a Certeza de Quem Quer Vencer de Alda Paula — Edições Sociais — Preço: 12\$50.

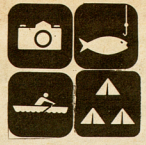
Outro episódio da resistência antifaçista, contada, como todos os demais, discretamente, como quem apenas diz aquilo que todos devíamos fazer.

António das Mortes de Glauber Rocha: de como o canção, o banditismo do Nordeste brasileiro, é um fenómeno mais curioso e conseqüência da miséria e do subdesenvolvimento a que está nesta zona tem sido vítima; o tematicamente votada pelos sucessivos governos de direita.

«Mesh» de Robert Altman: a desmitificação do imperialismo americano no Oriente, a amostragem de todo o horror de uma guerra invasora que no entanto se não leva a sério. Ou a demonstração do espírito reaccionário e altamente despolitizado da «maioria silenciosa» americana.

«Esperança, Serra de Teruel» de André Malraux: filme que documenta a desesperada resistência do Governo da Frente Popular espanhola perante a escalada do fascismo internacional e o seu suporte aos rebeldes nacionalistas. Um documento importante.

Discos «Pobre do cantor» de Pablo Milanes: de voz um



cantor cubano dos mais representativos definindo a sua verdadeira função dentro do processo revolucionário, criticando o artista que não quer arriscar o seu canto para não arriscar a vida.

«Funto e rayas de Seledad Bravo: álbum muito importante de uma cantora venezuelana que conta, a par dos maiores poetas espanhóis como Gabriel Celaya e Federico Lorca, alguns dos maiores nomes da poesia sul-americana como o chileno Roberto Alarcón ou o uruguaio Daniel Viglietti.

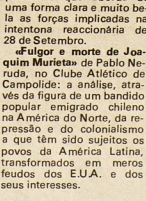
Teatro

«Lisboa-72/74» de Luzia Maria Martins pelo Teatro Estúdio de Lisboa no Vasco Santana: uma peça que a censura fascista proibira e que nos dá conta da repressão, miséria e manipulação a que esteve durante 48 anos sujeito o povo português.

«28 de Setembro» de Richard Demarcy pelo Centro Cultural de Évora, no Teatro Garcia de Resende e depois em digressão; uma primeira tentativa de descentralização cultural com um espectáculo que aborda de uma forma clara e muito bela as forças implicadas na intensa reaccionária de 28 de Setembro.

«Fúlgor e morte de Joaquim Muradas» de Pablo Neruda, no Clube Atlético de Campolide: a análise, através da figura de um banditismo popular emigrado chileno na América do Norte, da repressão do colonialismo a que têm sido sujeitos os povos da América Latina, transformados em meros feudos dos EUA e dos seus interesses.

«Tinhas Razão! O «ALAVANCA» E OUTRA MÚSICA!...»



«Tinhas Razão! O «ALAVANCA» E OUTRA MÚSICA!...»

«As espinhadas da mãe Carran» de Bertold Brecht pelo Mem Martins Sport Club: uma tentativa muito válida de construir um espectáculo interventivo e que leve o espectador à reflexão. Correspondendo o público local enche a sala e vibra com o que lhe é dado ver.

TV

Sábado 1.º Programa 20.15 A História é feita pelo povo 20.45 Noite de cinema.

Domingo 1.º PROGRAMA 16.45 O mundo à nossa volta 19.15 George Mumtaz em Portugal 20.30 Teledomingo

Segunda-feira 1.º PROGRAMA 20.15 A gente que nós somos 20.45 Recever é luar 21.15 Teatro — Alves e Companhia. Adaptação livre de Artur Scobel de uma novela de Eça de Queiroz.

Terça-feira 1.º PROGRAMA 19.00 As Pedras e o Homem. Um programa de João Martins 20.15 Nicolas no país das maravilhas. 2.º Programa. Inclui a 1.ª sessão do Concurso «Vamos Desafinar».

Quarta-feira 1.º PROGRAMA 19.00 Imagens da vida de uma cidade. Um programa de Carlos Rodrigues.

20.15 Teatro — «Sabina Freire» De Manuel Teixeira Gomes. Adaptação e realização de Helder Pereira.

Quinta-feira 1.º PROGRAMA 20.15 Responder ao País 20.40 A Ana de Alemano. Produzida pela SFB, (Berlim), realizado por Peter Beauvais, e baseada na novela do mesmo nome de Siegfried Lenz.

Sexta-feira, 1.º PROGRAMA 19.05 Se Bem me lembro. Apresentação pelo prof.º dr. Vitorino Nemesio do Relatório Internacional.

CAMÕES NA REVOLUÇÃO

Há quem associe Camões simplesmente aos Lusíadas e «Os Lusíadas à macedia. Há quem se lembre dele apenas como poeta-zorullo, ou como o poeta da «Ala minha gentil que te partiste», ou ainda como o poeta do filme que tem o seu nome. Há também quem nunca (mesmo nunca) tenha ouvido falar em Camões.

Há, enfim, muitas «opiniões». Do que não temos dúvidas é que a maioria do povo português sempre conhece Camões de nome — quando conhece. E do que também não temos dúvidas é que sendo Camões tão ignorado, torna-se urgente que se ja conhecido.

Quem vá lendo estas notas, certamente já se interrogará: «o único português que propõe vem isto?»

Bem, isto vem apenas a propósito do que já afirmámos voltámos a repetir: É premioso tornar o «desconhecido» português pelas suas compatilhas durante séculos. Não foi «mostrados ao povo. Mas agora é possível corrigir a injustiça e apresentar a todo o cidadão português o enorme poeta que escreveu estes versos: «Os bons vi sempre passar/Em mar de conturbamentos/E para mais me espantar/Es mau vi sempre nadar/Em mar de conturbamentos/Cuidando alcançar assim/O bem tão mal ordenado/Fui mau, mas fui castigado/Assim que, só para mim/Anda o mundo concertado».

Luigi Nono

HOJE, sexta-feira 7, às 21 e 30, na Rectoria da Universidade de Lisboa, e depois no dia 9, no Barreiro, no dia 10 no Porto e no dia 12 em Évora, um grande compositor e militante progressista italiano, Luigi Nono irá conviver com os trabalhadores portugueses, dar-lhe a ouvir a sua música e debater a função social do artista na sociedade contemporânea. Trata-se de uma actividade de que aquele compositor real, com frequência no seu país, em fábricas e outros locais de trabalho, mostrando com a música concernida para elites pode ser compreendida pelas massas populares e ter um papel activo na solidariedade com a luta de classe operária e das forças progressistas contra o imperialismo e a reacção.

LUIGI NONO



«ALAVANCA» no R.C.P.

EMISSORA DA LIBERDADE TODOS OS DIAS DAS 24 ÀS 2 HORAS ONDA MÉDIA

A VOZ DA INTERSINDICAL PELA UNIDADE CONTRA A EXPLORAÇÃO

## EMPOSSADA A COMISSÃO DA FNAT NO PORTO

# VEZES DO ACTO FARFAHUDO ACTO DADE DOS TRABALHADORES

**O acto de posse da Comissão Delegada da FNAT, no Porto, recentemente nomeada, decorreu na manhã do passado dia 5, no salão do referatório daquele organismo.**

Presidiu o delegado do Ministério do Trabalho, dr. Freitas Monteiro, ladeado pelo director-geral das Relações Colectivas do Trabalho, dr. Barros Moura, inspector-geral do Trabalho, dr. Joaquim Correia, Mário Alves, da União dos Sindicatos do Porto — Intersindical e pelos empossados: dr. António Luis Pinto Monteiro, António Santos Sousa, Carlos Augusto Carvalho Melo e Mário Armando Costa Pinheiro. Lido e assinado o auto de posse, usou da palavra o dr. Freitas Monteiro:

«Será muito breve, pois o que verdadeiramente importa é lançar mão à obra que todos nós temos à nossa frente, ou seja construir e defender um sistema verdadeiramente democrático.

De acordo com o despacho de Sua Excelência o secretário do Trabalho coube-me a honra de transmitir e empossar nas funções de delegado e do Conselho de delegado da FNAT, do distrito do Porto o Conselho Delegado constituído pelos Exm.ªs Sns. dr. António Luis Pinto Monteiro, António Santos Sousa, Carlos Augusto Carvalho Melo e Mário Armando Costa Pinheiro.

Quero, antes de tudo, apresentar a V. Ex.ªs as minhas mais respeitosas saudações e desejar-lhes votos de êxito nas funções em que acabam de ser empossados.

Vão V. Ex.ªs ter a oportunidade de contribuir, com a vossa acção, esforço e entusiasmo, na aliciente tarefa de promoção cultural do tempo de lazer, de organização do repouso, da cultura e do turismo de largas camadas populacionais da zona de acção abrangida por esta Delegação, garantindo as realizações sociais em que o Governo («maxime» o Ministério do Trabalho), está empenhado, tendente à defesa de melhores condições de vida dos trabalhadores. Estes certo que V. Ex.ªs encontrarão o apoio, quer dos diver-

sos departamentos governamentais que das organizações sindicais, nas múltiplas e delicadas tarefas que terão de realizar, mas para além desse apoio, é nas vossas qualidades esclarecidas que residirá o êxito de dar vida às estruturas já existentes.

Termino reiterando os votos do maior êxito na vossa acção.

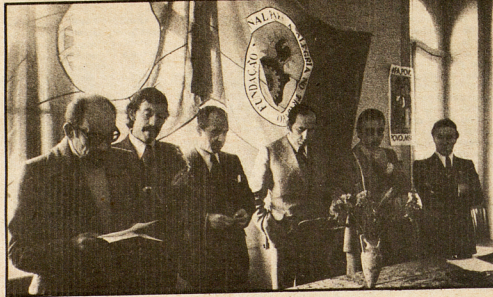
Falou depois Mário Alves, pela União dos Sindicatos do Porto:

«26 de Abril de 1974! Também cabe aqui, e muito justamente, lembrar essa data libertadora. De facto, não fora essa data, não tivesse sido o M.F.A. que, partindo da certeza de que estávamos a travar uma guerra injusta, imperialista, uma guerra opressora, camilhonaria para a certeza de que justa era a guerra que o Povo e os trabalhadores, sua vanguarda, temoça e heroicamemente travavam há 48 anos contra a opressão fascista e capitalista — e não estaríamos aqui se igualmente o apoio e aliança Povo/M.F.A. se não tivesse constituído numa realidade alicorada e vivida dia a dia. Aliança essa que foi selada nas manifestações de 1 de Maio e nas barricadas de 28 de Setembro e aliança que uns e outros teremos que tornar irreversível.

Sem isso, como se disse, impossível seria este acto que, por isso mesmo, nada tem de pacífico com actos semelhantes da era salazarista e caetanista. Agora, são os representantes dos trabalhadores, os seus delegados que, em liberdade, foram escolhidos por aqueles mais respeitadores. Antes, era o dedo do poder que apontava quem iria gerir os destinos das estruturas pagas pelos trabalhadores, cabendo tais cargos aos mais corruptos ou aos mais facilmente corrompidos dos seus elementos. Antes, impunha-se. Agora, e como não podia deixar de sê-lo, somos nós, trabalhadores, a escolher, a eleger, a participar.

Mas, por isso mesmo, este acto não ganta a atmosfera barroca, farfalhada, estéril, que anteriormente se lhe emprestava.

Este acto é, desde já, trabalho: o que é indissociável, porque constitui prémbulo breve de um outro — árduo, persistente e responsável — que se lhe seguirá».



A posse da nova comissão

to, dr. Pinto Monteiro, que salientou nomeadamente: Uma pequena nação como Portugal poderá ser uma grande nação pacífica e progressista desde que todos nós amados de perfeita compreensão dos

destinos humanos tenhamos sempre presente que o homem não é exclusivamente uma unidade material uma máquina de trabalho.

É neste contexto que, como já se afirmou, se deverá inserir a FNAT,...

altos destinos humanos tenhamos sempre presente que o homem não é exclusivamente uma unidade material uma máquina de trabalho.

É neste contexto que, como já se afirmou, se deverá inserir a FNAT,...

instituição dinâmica posta ao serviço dos reais e efectivos interesses dos trabalhadores. Cabe-lhe portanto uma quota parte do esforço tendente a melhorar as condições de vida do trabalhador de forma a que ele se possa sentir rico e contribuir para o enriquecimento do País. E rico não é só o milionário. Mais rico do que ele é aquele que se sente relativamente rico em seu trabalho, compreendendo que está realizando obra útil, obra que lhe compete fazer, e fazer bem, e que não considera o dever de trabalhar como um castigo, mas como um privilégio ao seu valor e como uma expressão de confiança à sua capacidade; rico é finalmente o indivíduo que se sente em condições físicas e físicas de ser útil a si, à sua família, à sua pátria.

E nessa ideia colaborar lealmente, na medida das nossas possibilidades, com todos aqueles que estejam animados de idêntica vontade, e sempre que em acção fomos tentados a desistir ou simplesmente a diminuir a nossa actividade, havemos de nos lembrar do dever que agora sobre nós impõem.

## TRABALHADORES PREOCUPADOS COM TANTOS TECNICOS "ANQUES"

**A vinda a Portugal de várias associações americanas ligadas à saúde, na altura em que no nosso País decorrem as manobras da NATO — «Portão Fechado» —, a exemplo do que já sucedeu noutros países como o Chile e o Perú, causou a estranheza e a preocupação dos trabalhadores representados pela Comissão Directiva Provisória (Lisboa) da Associação Profissional dos Farmacêuticos, Comissão Coordenadora dos Trabalhadores do Hospital de Santa Maria e Comissão de Tra-**

lhadores do Instituto Nacional de Saúde dr. Ricardo Jorge.

TENDO EM CONTA O CONTEXTO EM QUE SE VERIFICA A VINDA A Portugal desses «técnicos da saúde» ianques, aquelas comissões representativas de trabalhadores emitiram um comunicado conjunto em que tomam posição perante esse facto.

Nesse comunicado referem, com estranheza, o facto das associações americanas em causa — a American Society for Medical Technology, The National Association of Retail Druggists e a Chicago Medical — terem tido o «cuidado de dar um cartório não oficial aos contactos procurando sobretudo, através da agência portuguesa Atlântica Tours, estabelecer contactos directos quer com as organizações cujos trabalhadores subscrevem o presente comunicado, quer ainda com o Instituto Português de Otolinguiatria, passando em claro as autoridades portuguesas competentes. Por outro lado, salienta-se ainda que «nos estabelecimentos de contactos, não se fixaram concretamente os objectivos das visitas, não fazendo qualquer sentido que especialistas autênticos se propunham dialogar sobre temas tão vagos como «patologia», «bacteriologia», «bioquímica» ou ainda «discutir os nossos problemas mutuos».

São tais as visitas de «técnicos de saúde» previstas neste âmbito: de 30/1 a 6/2, da American Society for Medical Technology (75 pessoas), de 7 a 13/2 a da Chicago Medical (de que ainda não se conhece o número de elementos) e de

14 a 20/2 a da Nacional Association of Retail Druggists (de 225 pessoas).

Sobre estas visitas «coincidem» com as manobras da NATO e sobre o elevado número de seus participantes tem-se a seguir, no referido comunicado conjunto, as seguintes considerações:

«Para além de não ser de admitir que uma visita de estudo seria possa envolver tão elevado número de pessoas, e de ignorantes se, antes e depois desses grupos, estiverem ou estão planeados para vir a Portugal mais «técnicos» americanos, preocupa-nos a circunstância de sabermos que, no exacto período em que decorrem em território nacional exercícios militares da NATO, se verifica tão «grande interesse» de cidadãos americanos por actividades do nosso País. Não podemos deixar também de ter em conta o estreito patriotismo — de preparação das várias visitas que foi levada a cabo pela acção combinada da agência Atlântica Tours de Lisboa e da Professional Seminar Consultants de New York, sem que houvesse o cuidado de para ela pedirem a intervenção das entidades oficiais portuguesas.

Por fim, querem estas organizações de trabalhadores expressar a sua veemente preocupação quanto às verdadeiras intenções que terão motivado o súbito interesse dos «cientistas» americanos e interrogam-se quanto aos verdadeiros objectivos que os mesmos tenham por fim prosseguir. Entendem não for claramente definida a natureza e a finalidade destas visitas, os trabalhadores das organizações signatárias que dão publico conheci-

mento destes factos, desde já afirmam a sua decidida posição de não permitir a efectivação destas «invasões» dos organismos a visitar, não ignorando as actividades que, no mesmo campo, foram desenvolvidas no Chile e no Perú. Por isso os trabalhadores das organizações signatárias apelam para a atenta vigilância de todos os trabalhadores, nos locais de trabalho e nos sindicatos, face à ingerência do imperialismo em Portugal».

**ANTONIO SÉRGIO**

Extracto de uma entrevista dada por António Sérgio ao jornal «A voz da Justiça», da Foz, em Julho de 1933:

«Devem imprimir-se os seguintes sentidos em cada um dos termos que se encontram em primeiro lugar, chamar à vida do espírito todo o Povo, o trabalho principal da localidade, agricultura, manufactura, pesca, etc., etc. O trabalho, na sociedade humana, deverá ser fundamentalmente nos trabalhos de agricultura e de manufactura. O trabalho principal da sociedade da aldeia, direpta banheiros por completo a ideia de que o es-

social, em materia de instrução primária, é o famoso «combate ao analfabetismo». O Povo precisa de mais do que deixar de ser analfabeto. Quem so sabe ler e escrever torna-se às vezes mais útil do que se não tivesse tais sabenças. O essencial, aqui, é fazer o trabalhador a cidadão consciente, conhecedor dos parâmetros que os stamentos e das manobras praticadas de os combates. A leitura e a escrita devem vir como meios, e não como fins da instrução primária.

MANUELA QUEIROZ

SEMANÁRIO DA INTERSINDICAL

Director interino: AVELINO GONCALVES

Chefe de Redacção: A. PEREIRA DA SILVA

Redactor no Porto: JOAO OGANDO

Administradora: MANUELA QUEIROZ

12 páginas

Publica-se a segunda-feira

Precos de Redacção: 2500

Ano, 1958: 6 meses, 85000

Redacção e Administracção: Rua Vitor Gouveia, 13-B Lisboa 2

Telefone: 555549/25567

Delegação no Norte U. S. P. — R. de Santa Catarina, Telet. 360752/59 Porto

Distribuição para grupos americanos e interorganizações: DISTRIBUIDORA O SECUI O. Goncalves, impresso e composto: Resnancia Grafica Lisboa